

Lira discute solução para PEC dos precatórios com STF, e Fux sinaliza que aguardará definição do Congresso

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, afirmou ao deputado Arthur Lira (PP-AL), que comanda a Câmara, que a corte deverá aguardar uma definição a respeito da PEC sobre o parcelamento dos precatórios no Congresso antes de tomar uma decisão sobre o assunto.

Fux e Lira se reuniram na tarde desta terça-feira (24), em encontro que não estava previsto nas agendas de ambos, para discutir o tema. Ao final, o presidente da Câmara se limitou a afirmar que está em busca de uma solução para a questão.

Já o Supremo soltou uma nota em que afirma que o pre-

sidente da corte “sugeriu” a Lira que o STF irá aguardar “o andamento da PEC no Congresso”, para só depois definir se instala uma mesa de negociação entre estados e governo federal para negociar o parcelamento das dívidas judiciais entre os entes da federação.

Na semana passada, a AGU (Advocacia-Geral da União) pediu para o STF suspender o pagamento da dívida de R\$ 8,7 bilhões que o Executivo federal tem com a Bahia e sinalizou que fará solicitação similar em relação a Pernambuco, Ceará e Amazonas. Ao todo, o montante em discussão chega a R\$ 15,6 bilhões, o equivalente a 26% do total em precatórios que o go-

verno tem a pagar em 2022.

Além de requerer a suspensão do pagamento relativo ao Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), a AGU também pediu para o presidente da corte, Luiz Fux, abrir uma mesa de conciliação com os estados para as partes negociarem, por exemplo, um pagamento parcelado do valor que a União deve aos entes da federação.

Outra preocupação do governo é respeito a uma eventual decisão do STF no sentido de declarar inconstitucional uma proposta que permita o pagamento parcelado dos precatórios previstos para o ano que vem. Matheus Teixeira/Folhapress



Economia



Fatia do comércio eletrônico nas vendas do varejo estaciona no segundo trimestre *Página - 03*

Política



Racionamento bate à porta e é preciso engajar consumidor, diz Idec

Página - 03



Ranking divulga as 100 empresas líderes em inovação com startups no Brasil *Página - 05*

Se arrependimento matasse... Os unicórnios passaram e os investidores “não montaram” *Pg-05*



Reforma do Imposto de Renda já teve 5 versões em 2 meses e forte rejeição

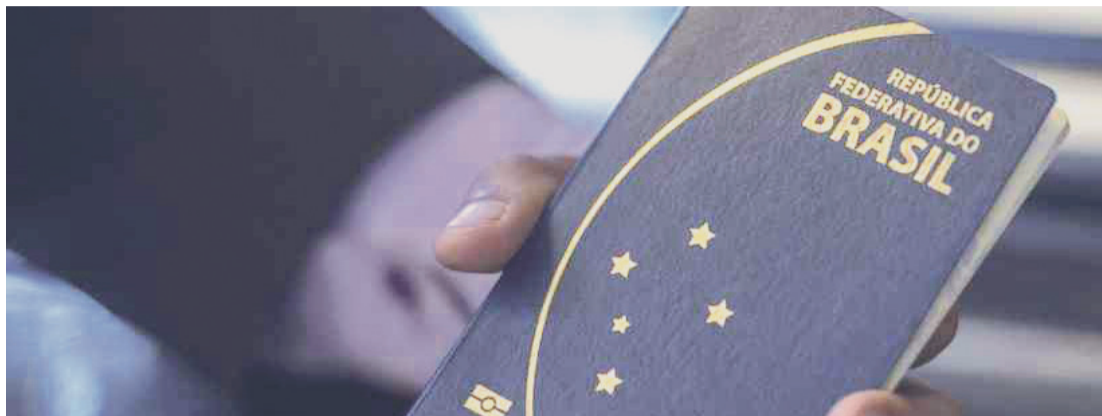
Página - 04

Governo Bolsonaro tenta abrir diálogo com centrais sindicais em meio à crise de popularidade

Página - 04

No Mundo

Após Alemanha, Espanha libera entrada de brasileiros vacinados contra Covid-19



Turistas brasileiros completamente imunizados contra a Covid-19 podem, a partir desta semana, viajar para a Alemanha e para a Espanha sem a necessidade de fazer quarentena.

Na Espanha, a entrada foi liberada nesta terça-feira (24), e viajantes que saem do Brasil podem entrar no país desde que tenham tomado a segunda dose das vacinas da Pfizer, da AstraZeneca -incluindo Covishield, produzida na Índia- e da Coronavac, ou a dose única da Janssen, há no mínimo 14 dias.

Será preciso apresentar o certificado de vacinação traduzido em espanhol, inglês, francês ou alemão. No aplica-

tivo ConecteSUS, do Ministério da Saúde brasileiro, já está disponível a opção para emitir o documento em inglês ou espanhol. Além disso, o passageiro deve preencher, antes de começar a viagem, um formulário de controle de saúde, disponível no site do governo espanhol. Após o preenchimento, é gerado um código QR que deve ser apresentado tanto no embarque como na chegada.

Mesmo vacinado, o viajante passará por uma triagem, que inclui medição de temperatura, checagem de documentos e verificação visual do estado de saúde -é possível, ainda, a exigência de um teste de antígenos. Assim, ainda que a entrada tenha

sido flexibilizada, de acordo com a embaixada da Espanha no Brasil qualquer pessoa pode ter a entrada recusada por motivos de saúde pública.

Para se deslocar dentro da Europa, será necessário observar as condições de entrada nos demais países do continente. Cada nação estabeleceu regras diferentes, e elas têm sido alteradas com frequência. Já os não vacinados só poderão entrar se forem espanhóis ou nacionais da UE, cônjuges, parceiros com uniões estáveis ou filhos com menos de 21 anos de idade, pessoas com residência no espaço Schengen, entre outras exceções, disponíveis no site da embaixada espanhola.

Folhapress

Após crise política, Afeganistão pode sofrer 4ª onda de Covid

AOMS teme que a turbulência causada pela tomada de poder pelo Talibã no Afeganistão provoque uma quarta onda de mortes por Covid no país. O risco, de acordo com a entidade, foi elevado por ao menos cinco fatores.

O primeiro é o grande deslocamento de pessoas sem condições para manter o distanciamento, o que aumenta as chances de transmissão do coronavírus e também a dispersão da doença pelo país. Estão desalojadas cerca de 3,7 milhões de pessoas, ou cerca de 10% da população afegã, segundo a Comissão Europeia.

Desde o começo de 2021, a violência política e o avanço do Talibã fizeram 400 mil afegãos abandonarem suas casas, de acordo com a Organização Internacional para as

Migrações (OIM) das Nações Unidas.

O segundo fator de risco para uma quarta onda de pandemia é que apenas 2 milhões de afegãos (5% do total) receberam ao menos uma dose de vacina contra Covid, e apenas 400 mil foram completamente imunizada.

A baixa cobertura vacinal mantém alto não apenas o risco de um crescimento no número de casos mas também no de doenças graves e mortes provocadas pelo coronavírus.

A mortalidade também pode subir pelo menor acesso da população aos serviços de saúde, depois da tomada de poder pelo Talibã. Rana Hjjeh, diretora de operações da OMS no Oriente Médio, disse nesta terça que a insegurança derrubou a frequência de pacientes, principalmente mulheres e crianças.

Folhapress



Antes de encontrar Bolsonaro, líder da Guiné-Bissau negou extraditar militar acusado de narcoterrorismo



© DWJ/ Carlos

Antes de embarcar ao Brasil para um encontro com Jair Bolsonaro, o presidente da Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Embaló, negou a extradição de um militar de seu país acusado pelos EUA de narcoterrorismo.

Na semana passada, o Departamento de Estado dos EUA anunciou recompensa de US\$ 5 milhões por informação que "leve à prisão e condenação de António Indjai", ex-chefe das Forças Armadas guineenses.

De acordo com o órgão responsável pela diplomacia americana, em nota, Indjai "liderou uma organização criminosa que teve papel de destaque no tráfico de drogas

na Guiné-Bissau e na região por muitos anos, mesmo enquanto serviu como chefe das Forças Armadas". A Casa Branca diz, ainda, que o ex-chefe militar usava "recursos ilegais para corromper e desestabilizar outros governos estrangeiros".

Na segunda-feira (23), antes de sair de sair da capital Bissau em voo da FAB (Força Aérea Brasileira) para o Brasil, Embaló afirmou, em fala transmitida por uma TV local, que seu governo não pretende entregar Indjai aos americanos e que eventuais crimes devem ser analisados pela Justiça do país africano.

"Se António [Indjai] fez o que disseram que fez, se o provarem, podemos julgá-lo

aqui. Ele é livre para se movimentar em todo o território nacional. O que os americanos disseram tem validade na América, mas não aqui", disse o líder africano, segundo a Deutsche Welle, empresa pública alemã de comunicação. "E não é só António Indjai. Nenhum cidadão será capturado aqui para ser julgado noutro país."

De acordo com o anúncio de recompensa do Departamento de Estado dos EUA, Indjai é alvo de duas acusações formais na Justiça americana. Em uma delas, agentes disfarçados da DEA atuaram como representantes das Farc e iniciaram negociações com Indjai e auxiliares na Guiné-Bissau.

Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Fatia do comércio eletrônico nas vendas do varejo estaciona no segundo trimestre



O avanço da vacinação e a queda do número de óbitos por Covid-19 têm contribuído para o retorno das atividades presenciais. Com mais lojas abertas e sem restrição de horário, o consumo no varejo físico cresceu 47,2% no segundo trimestre de 2021, na comparação com o mesmo período do ano passado, informa o terceiro relatório de Análise de Comportamento de Consumo do Itaú Unibanco.

O aumento das vendas no varejo físico no segundo trimestre superou a alta nas vendas do varejo online no período, que foi de 43,2%. Com isso, a fatia das vendas online no bolo total ficou praticamente estacionada em

21,1%. No segundo trimestre de 2020, a fatia do online foi 21,5%.

“Isso me surpreendeu, achei que o varejo online iria crescer em participação”, disse o diretor de estratégia e engenharia de dados do Itaú Unibanco, Moisés Nascimento, durante coletiva de imprensa nesta terça-feira (24) para apresentar o relatório.

O especialista diz que ainda é cedo para saber se este é um movimento de desaceleração no varejo eletrônico. “Precisamos de pelo menos mais dois trimestres para termos esta perspectiva”.

Os gastos com compras no varejo total (incluindo físico e online) no segundo trimestre cresceu 46,4% na comparação anual. Em re-

lação ao mesmo período de 2019, sem pandemia, o aumento foi de 26,5%.

“Vemos uma tendência positiva de retomada do varejo”, disse Nascimento.

No segundo trimestre deste ano, os setores com maior crescimento na comparação anual no varejo físico foram atacadistas (alta de 35,4%) e construção (31,6%). Já nas compras online, os maiores destaques foram saúde, bem-estar e veterinários (97,3%) e alimentação (38,2%).

“Neste último caso, vemos as compras de comida por delivery e as compras de supermercado crescendo de maneira consistente, o que consolida novos hábitos de consumo”, afirma Nascimento.

Daniele Madureira/Folhapress

Ipea revisa projeção de inflação no ano para 7,1%

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) alterou a projeção para a inflação deste ano. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi revisto de 5,9% para 7,1%. Parte da explicação para a mudança é a expectativa de reajustes mais acentuados para a gasolina e a energia elétrica, que remete a uma elevação da projeção de preços monitorados de 9,5% para 11%. Outra pressão vem dos preços dos alimentos no mercado internacional, que devem fechar o ano acima do esperado anteriormente, em particular as proteínas animais. Esse movimento eleva a projeção da inflação dos alimentos de 5% para 6,9%.

Os dados estão na Nota de Conjuntura sobre Inflação com informações até julho e a projeção para 2021, divulgada ontem (24). “Boa parte dessa revisão grande que a gente fez de IPCA é por conta

do que já aconteceu. De fato, o IPCA recente surpreendeu negativamente. Quando a gente fez a última previsão lá atrás, não se esperava reajuste na bandeira. A gente já estava em bandeira nível 2, mas não esperava ter esse reajuste na tarifa e as commodities que continuaram crescendo ao longo dos meses, então, boa parte dessa revisão que a gente fez no IPCA já está muito contratado do que aconteceu”, explicou a autora do estudo e pesquisadora do Grupo de Conjuntura do Ipea, Maria Andréia Lameiras, em entrevista.

Quanto ao mercado internacional, é esperada a pressão vinda das matérias-primas, que combinada com o aumento da utilização da capacidade instalada na indústria e os estoques abaixo do nível desejado, são fatores para a manutenção de alta nos preços dos bens industriais.

Cristina Índio do Brasil/ABR



Racionamento bate à porta e é preciso engajar consumidor, diz Idec



O Idec (Instituto de defesa do Consumidor) vai propor ao governo federal um programa de bonificações para incentivar a economia de energia por consumidores residenciais, medida considerada fundamental por especialistas para enfrentar a crise hídrica.

Nesta segunda-feira (23), o governo lançou um programa de economia para grandes consumidores, mas o programa foca no deslocamento da demanda para evitar problemas nos horários de maior consumo. Assim, deve ter pouco efeito sobre o nível dos reservatórios.

“O racionamento já bate às portas, a gente já vê ele

como uma realidade”, disse nesta terça (24) o coordenador do programa de Energia e Sustentabilidade do Idec, Clauber Leite. “Ademora para assumir a crise tende a piorar as condições para consumidores residenciais no futuro”.

Leite argumenta que o modelo de enfrentamento da crise adotado pelo governo amplia a pressão sobre as tarifas, ao lançar mão de térmicas cada vez mais caras para garantir o suprimento. O engajamento do consumidor, diz, reduz essa pressão e ajuda a poupar água nos reservatórios.

“Não há espaço para aumento da geração a custo razoável”, afirma -a primeira térmica emergencial contra-

tada pelo governo, no Mato Grosso do Sul, por exemplo, tem custo superior a R\$ 2 mil por MWh (megawatt-hora).

A proposta do Idec dá descontos sobre o valor da bandeira tarifária para consumidores que economizarem energia. As metas de economia variam de 5% a 25% sobre o consumo médio de 2020, dependendo do porte do consumidor.

Já aqueles que não cumprissem as metas, teriam uma penalização, que ajudaria a compensar as bonificações. Consumidores de baixa renda, com consumo de até 100 kWh por mês, seriam isentos da bandeira, com esse custo transferido ao Tesouro.

Nicola Pamplona/Folhapress

Política

Reforma do Imposto de Renda já teve 5 versões em 2 meses e forte rejeição



O projeto de lei que altera regras do Imposto de Renda foi apresentado há praticamente dois meses e já teve cinco versões - a original do governo e as outras quatro do relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA).

Em busca de acordo, as discussões passaram a envolver outras propostas, o que eleva dúvidas sobre o impacto final da iniciativa para as contas públicas.

O primeiro movimento da série de idas e vindas foi dado em 25 de junho, quando o texto original foi apresentado pelo governo. Uma das principais novidades foi a taxa de lucro que pode ser paga por qualquer empresa, de pequenas a grandes

(como Vale ou Petrobras). O projeto que altera o IR tinha inicialmente um impacto praticamente nulo para as contas públicas, mas foi atacado por empresários que enxergaram um aumento da carga tributária para eles. A reclamação é que o retorno sobre os investimentos cairá.

A proposta gerou divergências até mesmo no time do ministro Paulo Guedes.

Para parte da equipe, o projeto tinha sido capturado pela Receita Federal e não poderia ter sido apresentado neste momento mexendo com diferentes interesses às vésperas do calendário eleitoral.

Diante das reclamações, Guedes passou a estudar as primeiras modificações e sinalizou um alívio para as empresas intensificando o corte

no IRPJ (Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica).

O ministro chegou a dizer que poderia ser triplicado o corte na alíquota-base de 5 pontos percentuais previstos na proposta, os atuais 15% cairiam para 10% ao fim de dois anos.

“Reduz cinco. Ainda está pesando? Reduz dez. Ainda está pesando? Reduz 15”, disse Guedes em evento em julho.

O ministro e Sabino tiveram reuniões até no fim de semana e formularam um substitutivo, apresentado menos de três semanas depois da proposta original.

O congressista intensificou o corte no IRPJ de 5 para 12,5 pontos percentuais, mas gerou um buraco de R\$ 30 bilhões na arrecadação pública.

Fábio Pupo/Folhapress

Diretor de empresa investigada confirma à CPI contatos com Barros, mas nega ter tratado de vacinas



O diretor-presidente da Belcher Farmacêutica, Emanuel Catori, afirmou em depoimento à CPI da Covid que tinha contatos com o líder do governo Bolsonaro na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR). No entanto, negou que tenha tratado sobre vacinas com o deputado.

A Belcher era a representante da empresa chinesa CanSino Biologicals, responsável pelo desenvolvimento da vacina Convidecia contra a Covid-19.

Inicialmente, Catori disse que não houve nenhum facilitador político para que tivesse contatos no Ministério da Saúde. No entanto, confirmou que foi Barros quem marcou a reunião com o ministro da Saúde, Marcelo

Governo Bolsonaro tenta abrir diálogo com centrais sindicais em meio à crise de popularidade

O ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, recebeu o Fórum das Centrais Sindicais nesta terça-feira (24), em Brasília. Segundo as lideranças das centrais, o convite partiu de Lorenzoni, que manifestou interesse em abrir um canal de diálogo para ouvir as demandas do grupo.

Compareceram representantes de CUT, Força Sindical, UGT, CTB e Nova Central.

Desde que Bolsonaro assumiu a Presidência, em 2019, a interlocução entre as centrais sindicais e o governo federal foi congelada. O presidente inclusive dissolveu o Ministério do Trabalho, recriado em julho deste ano.

Participantes do encontro relatam que Onyx se disse

aberto às reivindicações dos sindicalistas e que a reunião desta terça seria a primeira de muitas.

Segundo o relato, ele afirmou que não concordará com todas as pautas das centrais sindicais, mas ressaltou que tem histórico como sindicalista no Rio Grande do Sul (foi presidente do sindicato dos médicos veterinários na década de 1980) e vê suas demandas como legítimas.

A aproximação acontece em um momento em que o presidente enfrenta crise de popularidade, pressionado pela CPI da Covid, pela relação cada vez mais tensa com o Supremo Tribunal Federal e por manifestações que pedem seu impeachment, das quais participam as próprias centrais sindicais. Camilla Mattoso/Folhapress



Queiroga, no dia 15 de abril.

Catori negou por diversas vezes que tratou de vacinas nessa reunião. O assunto seria um medicamento antiviral. Isso porque ele ainda não tinha autorização formal, já que a carta de autorização da CanSino foi feita em 19 de abril, quatro dias depois do encontro.

O relator da CPI da Covid, Renan Calheiros (MDB-AL), avaliou que havia contradições no depoimento, tendo em vista que no dia 6 de abril Catori já tinha um termo de confidencialidade do laboratório chinês.

“Não tem nenhuma contradição. Quando a gente assina uma carta de... estabelecemos um termo de confidencialidade, em nenhum momento a gente pode falar

em nome da vacina, enquanto nós não recebemos a autorização. E nesta reunião sequer a gente falou uma palavra sobre a vacina. Foi uma reunião coletiva, onde tinha diversas outras empresas, não somente eu”, rebateu Catori.

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) voltou a questionar o depoente sobre a relação dele com Barros, dizendo que os membros da CPI teriam uma chance de descobrir contato entre os dois nas quebras de sigilo telefone e telemático.

Nesse momento, ele afirmou que tinha conversas periódicas com o deputado. “Conversas eu converso com ele normalmente, mas nada sobre negócio. Ele é de Maringá. Nós somos de Maringá.”

Raquel Lopes/Folhapress

Se arrependimento matasse... Os unicórnios passaram e os investidores “não montaram”



Quando a Omie, startup que desenvolve um sistema de gestão para empresas online, estava dando os primeiros passos, o investidor Patrick Arippol recebeu o fundador Marcelo Lombardo que buscava investimentos para a empresa.

Como de praxe, Arippol, que atuava na época na DGF investimentos, analisou a companhia, entendeu o modelo de negócio da startup e ... disse não a Lombardo. “Os sistemas de gestão online eram centrais para a nossa tese, mas a barreira de entrada da Omie era como ele ia construir uma comunidade em volta dos contadores e havia outras empresas na

época, como a Conta Azul e Nibo, que estavam bem capitalizadas”, lembra Arippol.

A Omie, que recebeu R\$ 580 milhões em uma rodada pré-IPO liderada pelo Softbank no começo de agosto deste ano, é uma das startups que faz parte do antiportfólio de Arippol, hoje à frente da Alexia Ventures, um fundo de venture capital que ele fundou em conjunto com Wolff Klabin, da tradicional família Klabin, e que pretende captar US\$ 100 milhões.

O antiportfólio, ou falso negativo como preferem alguns, são startups que poderiam ter recebido um cheque de um fundo mas que, por diversas razões, acabaram ganhando um não do investidor

e depois se transformaram em um sucesso e até mesmo em um unicórnio, como são chamadas as companhias avaliadas em mais de US\$ 1 bilhão.

E, para a maioria dos gestores de venture capital com os quais o NeoFeed conversou, não montar em um “unicórnio selado” quando a oportunidade aparece é pior do que ver uma startup investida ir à falência. E o motivo é muito simples. “Dar errado está na conta dos investimentos de venture capital”, diz Edson Rigonatti, sócio da Astella Investimentos. Por outro lado, a chance de uma startup se tornar unicórnio é de apenas 1%, segundo uma pesquisa da CB Insights.

NeoFeed

Ranking divulga as 100 empresas líderes em inovação com startups no Brasil

A 100 Open Startups acaba de divulgar o Ranking das Top 100 Open Corps 2021, premiação que reconhece as empresas que mais praticaram inovação aberta com startups no país no último ano.

No ‘Top 10’, estão a Ambev, ArcelorMittal, BMG, BASF, Nestlé, Stefanini, Natura, Unimed Brasil, Raízen e Suzano.

A plataforma, que usa tecnologia e dados para facilitar a cocriação de negócios, avaliou as finalistas a partir de dados gerados pelo mercado, por meio de contratos registrados entre as corporações e startups.

O modelo de negócio é basicamente uma troca entre as partes: as grandes empresas investem somas na casa

dos centenas de milhares de reais nas startups que, em contrapartida, oferecem a criação de soluções em tecnologia voltadas para a área de atuação de cada empresa.

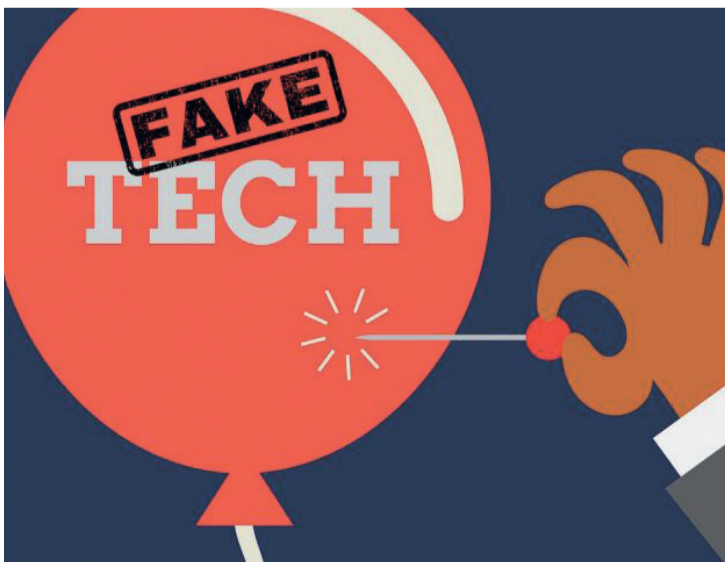
De acordo com o levantamento, o último ano teve recorde em termo de contratos. O número de open startups saltou de 13.092, em 2020, para 18.355, em 2021.

Em relação às corporações que tiveram contratos de open innovation com startups, o número saltou de 1.968 para 3.334 — crescimento de 69%.

O valor médio desses contratos também cresceu: passou de 140 mil reais, em 2020, para 270 mil reais, em 2021. Já o valor total de contratos de open innovation entre corporações e startups em estágio inicial no período foi de 2,2 bilhões de reais. Veja



Para a Squadra, a bolha das ‘fake techs’ estourou



O fundador da Squadra Investimentos, Guilherme Aché, disse que a debacle das ações de empresas de tecnologia na bolsa nos últimos dias é o estouro de uma bolha.

“Estamos chamando de ‘fake techs,’” Aché disse numa live com estudantes da Unicamp. “Tínhamos receio de que o cenário de juros baixos criasse uma bolha no mercado de ações. E foram criadas bolhas superlocalizadas no Brasil, que inclusive estão sendo desinfladas agora.”

Aché disse que os IPOs de empresas de tecnologia são uma moda no Brasil e no mundo, com o mercado a reboque de narrativas e termos como ‘software as a service’

(SaaS) ou ‘total addressable market’ (TAM).

“Quanto mais você junta essas siglas todas, mais cara fica a ação. E essas empresas — muitas delas, na minha visão — não têm nada disso”, disse Aché. Para ele, as ‘fake techs’ são companhias que empilham essas siglas para se apresentarem como empresas de tecnologia, mas na prática têm pouco DNA tecnológico.

“Mas aí você tem uma combinação de gente querendo comprar esses termos, com banqueiros obviamente super incentivados para vender, conta-se um monte de mentiras, e os IPOs saem,” disse o sócio da Squadra.

Apesar de enxergar bolhas em diversos nomes, Aché não vê nada sistêmico, que vá aba-

lar o mercado como um todo.

Para ele, o interesse crescente pelos temas de ESG está gerando uma oportunidade de compra... nas companhias ‘anti-ESG.’

“Além da moda SaaS, tem a moda ESG, que reúne boas e más empresas. Mas o ponto é que algumas empresas são anti-ESG pela natureza do negócio, e estão sendo de certa maneira negligenciadas. Ninguém quer, elas caem de preço ou não sobem”, disse Aché, sem citar exemplos.

O sócio da Squadra vê duas grandes incertezas hoje para o investimento em ações: o comportamento da inflação nos Estados Unidos e as eleições no Brasil ano que vem.

Brazil Journal

Negócios

A eleição já penaliza o BB? O mercado diz que sim. O Itaú BBA acha o pessimismo exagerado



Por ser o único banco público com capital aberto na Bolsa, o Banco do Brasil (BB) costuma ser a instituição financeira mais penalizada pelos investidores em tempos de instabilidade em Brasília. Afinal de contas, há sempre o receio de que interferências políticas atrapalhem a gestão do negócio e deixem a companhia para trás em relação aos concorrentes privados.

Em janeiro deste ano, por exemplo, as ações do BB começam a cair, quando o mercado soube que o presidente Jair Bolsonaro havia se irritado com o plano da instituição de fechar 112 agências ao longo do primeiro semestre. Após uma série de ruídos sobre uma possível troca de comando no banco, o en-

tão presidente do BB, André Brandão, pediu demissão em março.

Desde janeiro, a ação do banco acumula queda de 23%. E, com a eleição de 2022 ganhando cada vez mais espaço na pauta do mercado, as perspectivas não parecem animadoras para os investidores, que vislumbram uma disputa polarizada entre os dois nomes que lideram as pesquisas: o atual presidente, Jair Bolsonaro, e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

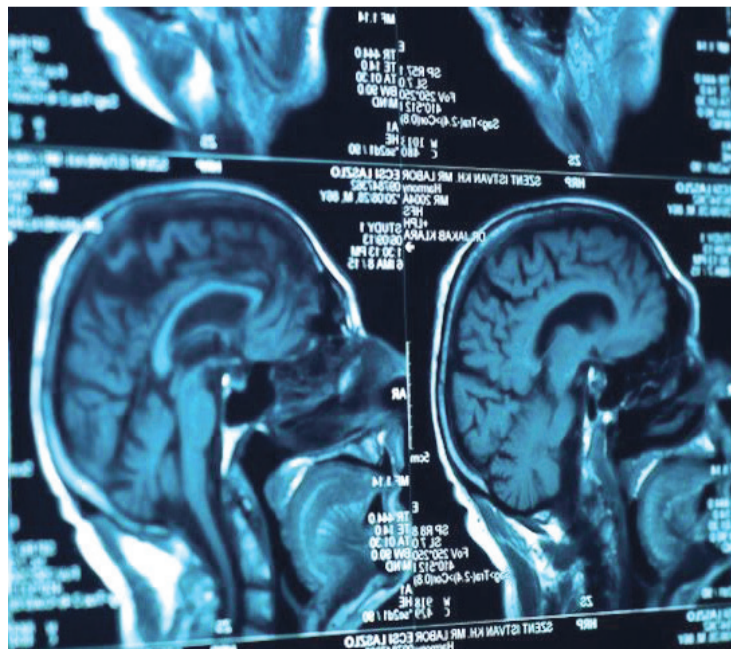
Sem a confiança do mercado, o BB tem sido até mais castigado do que em ciclos políticos anteriores, como as duas últimas eleições presidenciais e o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), segun-

do um levantamento feito pela equipe de analistas do Itaú BBA.

Pelas contas do Itaú BBA, a ação do BB tem sido negociada a um valor 70% abaixo do que seria o seu preço justo. Nas duas últimas eleições e durante o impeachment, o desconto girou em torno de 60%. Na média histórica, o nível é de 50%. Por volta das 11 horas, a ação do BB era negociada a R\$ 30,61, enquanto o Itaú BBA estima um preço-alvo de R\$ 37 para o fim de 2022.

“Isso indica que os investidores já estão precificando, em termos relativos, o mais alto risco político para as ações do BB”, escrevem os analistas Pedro Leduc, Matheus Raffaelli, Marco Calvi e Vinicius Figueiredo.

Os planos de Tanure para a Alliar



Ainda que sua posição de 30% do capital da Alliar tenha sido montada da noite pro dia, não era de hoje que Nelson Tanure estava de olho na rede de medicina diagnóstica.

“Minha filha Isabella é médica e já tinha investimentos na área”, o empresário disse ao Brazil Journal. “Vemos na Alliar uma marca subavaliada, com relevância nacional e imenso potencial de se igualar às duas maiores do mercado.”

O empresário começou a comprar as primeiras ações no primeiro semestre e ficou esperando o momento certo para aumentar sua participação.

Mas na segunda-feira, a Rede D’Or atravessou seu caminho, anunciando uma oferta não-solicitada pela Alliar.

E-commerce volta ao ar e Renner diz que não pagou resgate a hackers

Lojas Renner informou que a operação de comércio eletrônico voltou ao ar, depois de um ataque de hackers que derrubou o site de vendas online da companhia em 19 de agosto.

Em fato relevante, divulgado nesta terça-feira, 24 de agosto, a companhia disse também que não manteve contato com os autores do ataque e também não negociou ou fez pagamento de resgate aos hackers.

De acordo com a companhia, a operação de e-commerce foi restabelecida nos sites na manhã de 21 de agosto (sábado) e, nos aplicativos, um dia depois.

“Os principais bancos de dados permanecem preservados e, neste momento, todos os sistemas prioritários já estão operacionais”, informou

a companhia. “As equipes permanecem mobilizadas de acordo com o plano de proteção e recuperação, com todos os seus protocolos de controle e segurança, e com um trabalho de apuração, documentação e investigação sobre o ocorrido.”

O ataque derrubou o site de e-commerce da Renner e, segundo uma fonte, deixou indisponível mais de 2,6 mil servidores. O ataque teria sido do tipo ransomware, em que os hackers tornam os sistemas disponíveis e pedem resgate para “libertá-los”.

A volta do site de e-commerce da Renner aconteceu de forma rápida. Outros incidentes semelhantes demoram mais tempo para que as companhias possam restabelecer os sistemas. E isso só acontece com o pagamento do resgate pedido pelos hackers.



Tanure teve que acelerar o negócio. Procurou o Pátria, o maior acionista da empresa, e fecharam um acordo em 24 horas. O negócio foi assessorado pelo Banco Master.

Por meio de diversos veículos — incluindo o FIP Fonte de Saúde — Tanure comprou toda a participação do Pátria e fez compras a mercado que totalizam um stake de cerca de 30%, segundo pessoas a par das posições. O empresário não quis dizer a participação exata.

Tanure disse que vê a Alliar como “um negócio de longo prazo” e que a empresa vai investir muito em inovação tecnológica.

“Temos que preparar a Alliar para o 5G e para a conectividade e fazer destes dois elementos de tecnologia um grande instrumento de

suporte à saúde. Vai ser cada vez mais comum um médico baseado em São Paulo fazer uma cirurgia no Amazonas usando telemedicina.”

Agora o maior acionista da empresa, Tanure disse que vai manter o management atual.

Isabella, a filha do empresário, tem especialização em medicina diagnóstica e gestão hospitalar e é sócia da Clínica Fonte Imagem, no Rio. “Queremos que a Alliar se torne ainda maior, com foco em inovação e tecnologia, ampliando sua capilaridade pelo país”, ela disse.

A Alliar tem 105 laboratórios em 10 estados.

Este é o quarto grande investimento de Tanure nos últimos anos. No início do mês, ele fechou a compra da Copel Telecom por R\$ 2,5 bilhões.

Brazil Journal